

Dilma toma posse e promete reformas política e tributária



Além dos principais representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, a solenidade de posse contou com a presença de 31 chefes de Estado em Brasília

Com um discurso conciliador e emocionado, a mineira Dilma Rousseff entrou para a história no último sábado ao se tornar a primeira presidente do Brasil. Empossada em sessão solene do Congresso Nacional, comandada pelo presidente do Senado, José Sarney, a sucessora de Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou seu compromisso de erradicar a pobreza extrema, promover as reformas política e tributária e controlar a inflação. Para ela, o país está vivendo o "início de uma nova era".

Sarney ressalta confiança do povo e apoio do Legislativo

Mil convidados acompanham a cerimônia no Congresso

Biografia marcada pela militância política

Após assumir o compromisso constitucional e ser empossada como presidente da República, Dilma desce a rampa do Congresso para se dirigir ao Palácio do Planalto

2 a 5

Primeira mulher na Presidência é marco da democracia

Dilma Rousseff assume cargo 25 anos após a redemocratização iniciada com Sarney e consolidada em 1988. **8**

Avanços convivem com desafios no Brasil de Dilma

Educação, saúde, infraestrutura e segurança são as áreas com mais problemas. **6 e 7**

Edinilson Aguiar



Escola pública de Tangará da Serra (MT): crescimento econômico exige ênfase em educação

Toma posse a primeira mulher presidente da história republicana

Dilma Rousseff foi eleita em outubro de 2010, em segundo turno, por 55,75 milhões de eleitores brasileiros. Integrante do governo Lula desde 2003, sua candidatura foi indicada e apoiada pelo ex-presidente

PELA PRIMEIRA VEZ nos 121 anos de história republicana, o Brasil é governado por uma mulher. A mineira Dilma Vana Rousseff, 63 anos, eleita no dia 31 de outubro de 2010 pelo Partido dos Trabalhadores (PT), tomou posse como presidente do país no dia 1º de janeiro. O fato de uma mulher assumir o posto mais alto do país "ainda é surpreendente", disse Dilma ao *Washington Post*.

Escolhida candidata pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma fez parte do governo petista desde o primeiro momento, em 2003. Foi ministra de Minas

e Energia e ministra-chefe da Casa Civil. Como ministra, defendeu nova política industrial, fazendo com que as compras de plataformas pela Petrobras tivessem conteúdo nacional mínimo, para que fossem gerados mais empregos no país.

Na Casa Civil, coordenou as ações do governo, particularmente os programas Luz para Todos; Minha Casa, Minha Vida; e de Aceleração do Crescimento (PAC). Presidiu ainda o Conselho de Administração da Petrobras e coordenou a comissão interministerial encarregada de definir as regras para a exploração do pré-sal.



Ricardo Stuckert/Presidência da República

Pouco conhecida, Dilma contou com o apoio do presidente Lula e derrotou o veterano José Serra

Eleita no segundo turno com 55.752.529 votos (56,05%), contra 43.711.388 (43,95%) recebidos pelo tucano José Serra, Dilma é a 42ª presidente da República, tendo como vice-presidente o ex-deputado paulista Michel Temer (PMDB).

A nova presidente foi eleita por um colégio de 135.804.433 votantes, tendo

sido registrados 99.463.917 votos válidos, 29.197.152 abstenções, 4.689.428 votos nulos e 2.452.597 votos brancos.

Pouco conhecida pelo eleitorado e disputando contra um veterano em eleições, Dilma começou a campanha com pouco mais de 15% das intenções de voto, enquanto José Serra, do PSDB, ostentava índices superiores a 30%.

Trajetória política iniciada aos 16 anos, nos movimentos contra a ditadura militar

Filha do engenheiro búlgaro Pedro Rousseff (falecido em 1962) e da professora fluminense Dilma Jane Silva, a presidente nasceu em Belo Horizonte, no dia 14 de dezembro de 1947, numa família de classe média alta. Os pais de Dilma tiveram outros dois filhos: Igor e Zana Lúcia, falecida em 1976. Ainda na Bulgária, o pai da presidente – parente do famoso escritor Ran Bosilek – teve um filho com Evdokia Yankova, chamado Luben, que morreu em 2007.

Após separar-se de Evdokia, Pedro Rousseff mudou-se para São Paulo no final da década de 30. Numa viagem a Uberaba (MG), conheceu a mãe da presidente, criada no interior de



Dilma Rousseff (de pé) e sua família: Igor (E), Dilma Jane, Zana e Pedro Rousseff

Minas Gerais. Ao se casarem, os pais de Dilma fixaram residência em Belo Horizonte. Dilma estudou em escolas tra-

Arquivo Pessoal

dicionais da capital mineira. Ao ingressar no Colégio Estadual Central (atual Escola Estadual Governador Milton Campos) para cursar o final do ensino médio, conviveu com o movimento estudantil e iniciou sua militância política, aos 16 anos, às vésperas do golpe militar de 1964. A presidente costuma dizer que foi nessa escola que aprendeu a ser "subversiva".

Ainda em 1964, ingressou na organização Política Operária (Polop), onde militou ao lado de José Anibal, seu colega no curso de Economia na Universidade Federal de Minas Gerais – reeleito em 2010 deputado federal pelo PSDB de São Paulo.

Ao aderir aos setores que

defendiam a luta armada, Dilma filiou-se ao Comando de Libertação Nacional (Colina). Posteriormente, ingressou na Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, onde militou ao lado de Carlos Minc, um dos fundadores do Partido Verde (PV) e ex-ministro do Meio Ambiente. Com o endurecimento da ditadura, foi presa em 1970, passando três anos na cadeia, onde foi submetida a torturas.

Fora da prisão, Dilma retomou os estudos em 1973, formando-se em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Com a Anistia de 1979 e a volta do pluripartidarismo, filiou-se ao PDT, de Brizola. Em 2001, ingressou no PT.

Mulheres avançam sobre poder político na América Latina

Seja pela militância em movimentos políticos ou sociais, seja pela influência familiar, aos poucos as mulheres vêm conquistando espaço na esfera máxima de poder na América Latina. Nos últimos 40 anos, 11 países do continente já experimentaram o comando feminino em seus governos. Dilma Rousseff é a 12ª mulher a ocupar o cargo de presidente ou primeira-ministra na região.

Vale ressaltar que, das 12 mulheres que integram a lista de chefes de governo latino-americanos, três foram eleitas ou iniciaram seus mandatos em 2010. Além de Dilma, compõem o trio Laura Chinchilla, presidente da Costa Rica, e Kamla Persad-Bissessar, primeira-ministra de Trinidad e Tobago. A seguir, um resumo do contexto vivenciado por essas 12 lideranças femininas.

Dilma Rousseff (Brasil, 2010 -)

Estreante em disputas a cargos eletivos, a economista surpreendeu ao arrebatar o posto máximo da política nacional. A façanha se deu com as bênçãos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de quem Dilma foi ministra de Minas e Energia e chefe da Casa Civil. Natural de Belo Horizonte (MG), Dilma tem 63 anos. Em sua juventude, militou em organizações armadas de oposição ao regime militar, o que a levou a ser presa e torturada. Mais tarde, radicou-se no Rio Grande do Sul, filiando-se ao PDT. Ocupou os cargos de secretária da Fazenda da prefeitura de Porto Alegre (1986-1989); presidente da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (1991-1993); e secretária de estado de Energia, Minas e Comunicações nos governos de Alceu Collares (PDT) e Olívio Dutra (PT). Sua filiação ao PT se deu em 2001.

Laura Chinchilla (Costa Rica, 2010 -)

Cientista política, Laura Chinchilla, antes de ser eleita para um mandato de quatro anos, exerceu o cargo de vice-presidente no governo de Óscar Arias Sánchez entre 2006 e 2008. Tida como "conservadora social",

promete dar continuidade à política de livre mercado do ex-presidente Arias.

Kamla Persad-Bissessar (Trinidad e Tobago, 2010 -)

A única mulher que não é presidente e comanda um país latino-americano é Kamla Persad-Bissessar, eleita primeira-ministra em 2010. Kamla viu aumentar sua popularidade entre o eleitorado ao denunciar o aumento do tráfico de drogas durante o governo de seu antecessor e opositor, o então primeiro-ministro Patrick Manning.

Cristina Kirchner (Argentina, 2007 -)

O que aproxima Cristina Kirchner de Isabelita Perón? O fato de ambas terem sido casadas com ex-presidentes (Néstor Kirchner e Juan Domingo Perón, já falecidos). Ao contrário de Isabelita, alçada ao poder por ser vice-presidente de Juan Perón, Cristina já acumulava mais de 20 anos de mobilização política pelos direitos humanos e das mulheres quando foi a primeira mulher eleita por voto direto na Argentina, em 2007.

Michelle Bachelet (Chile, 2006-2010)

A militância no combate à ditadura militar

é um ponto de convergência nas trajetórias políticas de Dilma Rousseff e da médica Michelle Bachelet. Bachelet começou a deslanchar na política chilena ao comandar, em 2000, o Ministério da Saúde. Durante sua gestão, contrariou o eleitorado católico ao liberar a distribuição da pílula do dia seguinte para vítimas de violência sexual. Dois anos depois, assumiu o Ministério da Defesa, cargo até então nunca ocupado por uma mulher na América Latina. Seu governo caracterizou-se por medidas sociais, como a gratuidade da saúde para idosos acima de 60 anos.

Mireya Moscoso (Panamá, 1999-2004)

Mireya Moscoso abraçou a política depois da morte de seu marido, Arnulfo Arias, que presidiu três vezes o Panamá. Mireya estava à frente do poder quando os Estados Unidos devolveram o Canal do Panamá a seu país. Mireya amargou a eclosão de escândalos de corrupção durante seu mandato. Logo após sua eleição, presenteou os 72 membros do Legislativo com joias de grife.

Janet Jagan (Guiana, 1997-1999)

Cheddi Jagan, marido de Janet Jagan,



depois ser afastada por Alarcón, com apoio do Congresso e das Forças Armadas.

Ertha Pascal-Trouillot (Haiti, 1990-1991)

O Haiti não havia experimentado uma mulher na presidência até Ertha Pascal-Trouillot, que assumiu o cargo em 1990, após golpe de Estado capitaneado pelo general Herard Abraham. Ertha presidia a Suprema Corte e ajudou no processo de redemocratização do país.

Lidia Gueiler (Bolívia, 1979-1980)

Então presidente da Câmara dos Deputados, Lidia Gueiler assumiu a presidência da Bolívia em 1979, indicada pelo Congresso depois do fracasso do golpe de Estado liderado pelo coronel Natush Busch contra o presidente Guevara Arze. Sua missão era conduzir o país até novas eleições, mas outro golpe impediu esse processo.

Isabelita Perón

(Argentina, 1974-1976)

María Estela Martínez de Perón assumiu o comando na Argentina em 1974, após a morte de Juan Domingo Perón, de quem era mulher e vice-presidente na chapa vencedora das eleições de 1973. Popularmente chamada de "Isabelita", enfrentou uma sucessão de greves de trabalhadores e de assassinatos de cunho político durante seu governo. Uma junta militar encabeçada por Jorge Rafael Videla a retirou do poder, em 1976, e a condenou a prisão domiciliar. Vive exilada na Espanha desde 1981.

Violeta Chamorro

(Nicarágua, 1990-1997)

Foi a primeira mulher a ser eleita presidente de um país latino-americano. De família rica, entrou na política após o assassinato de seu marido, Pedro Joaquín Chamorro, editor de um jornal opositor. Disputou o cargo com o apoio dos Estados Unidos, que acabaram apresentando sanções contra seu governo.

Rosalía Arteaga (Equador, 1997)

Presidente latino-americana com mandato mais curto, Rosalía Arteaga governou o Equador por apenas 48 horas. Ela havia sido eleita vice-presidente na chapa de Abdalá Bucaram em 1996. Um ano depois, ele foi afastado do governo pelo Congresso e se iniciou uma disputa entre Rosalía e o líder parlamentar Fabián Alarcón. Rosalía argumentava que o vice deveria assumir a presidência e assim o fez, para, dois dias

Presidente se comoveu em dois momentos: ao estender a mão à oposição e ao homenagear companheiros mortos na luta contra o regime militar

Dilma: “Vivemos o início de uma nova era”

DILMA ROUSSEFF, QUE na campanha presidencial mostrou-se cansada e chegou a andar com um pé protegido por bota ortopédica, inaugurou seu primeiro dia como presidente do Brasil exibindo serenidade, segurança e a consciência dos deveres que a aguardam nos próximos quatro anos. A primeira mulher a ocupar o Palácio do Planalto anunciou em Plenário o “início de uma nova era”.

Será um novo tempo principalmente para a mulher que, 45 anos atrás, ainda estudante, militava na luta armada durante o regime militar instalado no Brasil em 1964. E hoje, aos 63 anos, disputando a primeira eleição de sua vida, chega ao comando dos destinos do país. Um país que, como ela mesma acentuou, está num processo de afirmação diante do mundo, com seu povo “fazendo a travessia para a outra margem da história”.

No início da tarde de sábado, o deslocamento de Dilma Rousseff da residência oficial da Granja do Torto até o Palácio do Congresso começou sob uma chuva que foi se intensificando até tornar impossível seu desfile em carro aberto pela Esplanada dos Ministérios. Quando chegou à Catedral de Brasília, a presidente decidiu que seria mais sensato fazer o percurso em carro fechado.

Com sua filha, Paula Rousseff Araújo, ela ocupou então o Rolls-Royce presidencial, atrás do qual vinha o Cadillac ocupado pelo vice-presidente Michel Temer e sua mulher, Marcela Temer. Enquanto os eleitos faziam o percurso em carro fechado, o cerimonial que cuidava da solenidade no Congresso providenciou rapidamente as mudanças por conta da chuva. As formações de fuzileiros navais e Dragões da Independência que ladeavam o tapete vermelho onde passariam os eleitos, na rampa do Congresso, foram então transferidas para o Salão Verde e a recepção aos eleitos, para a Chapelaria.

Ali, Dilma, vestindo um *tailleur* pérola, e Temer foram recebidos pelos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Marco Maia, sendo encaminhados ao Plenário da Câmara, a fim de serem empossados. Às 15h, Dilma e Temer prestaram compromisso individualmente.

– Prometo manter, defender e



A presidente da República, Dilma Rousseff, passa a tropa em revista na frente do Congresso, a caminho do Palácio do Planalto

cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

Feito o compromisso e lidos os termos de posse, assinados pelos parlamentares integrantes da Mesa, Sarney declarou Dilma Rousseff e Michel Temer empossados na Presidência e na Vice-Presidência da República. Em seguida, com os presentes

cantando, a Banda dos Fuzileiros Navais executou o Hino Nacional. De pé, Dilma fez seu primeiro pronunciamento na condição de presidente do Brasil. Nesse discurso de 40 minutos, ela apontou como prioridade atacar os principais obstáculos que emperram o desenvolvimento do país – citando as dificuldades enfrentadas na educação, saúde, segurança pública, infraestrutura, entre outras – e prometeu

centralizar seu governo na erradicação da pobreza e na criação de oportunidades de trabalho para todos.

Foi um discurso em que, em dois momentos, ela não conteve as lágrimas. Primeiro, quando disse que estendia a mão aos partidos de oposição e àqueles que não a apoiaram nas eleições. “A partir de hoje sou a presidenta de todos os brasileiros”, declarou. Depois, quando

lembrou sua trajetória de luta contra o regime militar, ao mencionar antigos companheiros que com ela militaram na guerrilha.

– Muitos que tombaram pelo caminho não podem compartilhar comigo esse momento. Rendo-lhes a minha homenagem – disse.

Em seguida, com um discurso em que afirmou testemunhar uma página até hoje não escrita na história do Brasil, consistente no coroamento da luta da mulher brasileira, que chega ao mais alto posto do país por meio de Dilma Rousseff, Sarney deu por encerrada a sessão.

Dali, junto com Temer, Sarney e Marco Maia, Dilma seguiu para o gabinete da Presidência do Senado, a fim de aguardar que os chefes de Estado e de missões estrangeiras que assistiram à sua posse fossem transportados para o Palácio do Planalto. Como já não chovia em Brasília, a presidente e seu vice, acompanhados pelos presidentes da Câmara e do Senado, desceram pelo tapete vermelho colocado na rampa do Congresso. Ao pé da rampa, Dilma passou a tropa em revista, ao som da *Marcha da Guarda em Revista*, executada pela Banda do Batalhão da Guarda Presidencial. Nesse momento, quatro canhões situados no gramado em frente ao Parlamento dispararam 21 tiros.

Caminhando bem à vontade, ela foi até onde estava colocada a bandeira do Brasil e a beijou. Depois de trocarem palavras de despedidas com Sarney e Marco Maia, os eleitos seguiram, dessa vez em carro aberto, para o Palácio do Planalto. Lá, no parlatório situado de frente para a Praça dos Três Poderes, Dilma recebeu do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva a faixa presidencial e fez um discurso para a multidão que a aguardava.

Logo em seguida, Dilma foi cumprimentada pelos chefes de Estado e representantes de governos estrangeiros presentes à cerimônia. Depois dos cumprimentos, desceu a rampa ao lado do ex-presidente Lula e da ex-primeira dama Marisa Letícia, que se despediram do Planalto.

Mil convidados prestigiam a posse da presidente

Pelo menos mil convidados acompanharam a posse de Dilma Rousseff como presidente da República, em cerimônia realizada na tarde de sábado no Congresso Nacional. O compromisso constitucional foi realizado no Plenário da Câmara dos Deputados, sob o comando do presidente do Congresso, senador José Sarney.

Entre as autoridades presen-

tes, estavam diversos chefes de Estado e de governo, como os presidentes Hugo Chávez, da Venezuela; Mahmoud Abbas, da Autoridade Nacional Palestina (ANP); José Alberto Mujica, do Uruguai; e Fernando Lugo, do Paraguai.

Autoridades brasileiras também compareceram, como o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, que

integrou a Mesa da solenidade de posse. Alguns governadores seguiram para Brasília logo após tomarem posse em seus estados. Foi o caso de Camilo Capiberibe (Amapá), Siqueira Campos (Tocantins) e Marconi Perillo (Goiás), entre outros.

Na organização e na cobertura da cerimônia, trabalharam cerca de mil servidores do Senado e da Câmara dos Deputados,

além de 470 jornalistas credenciados de outros veículos.

Mais de 250 pessoas trabalharam nos veículos de comunicação do Senado para divulgar a posse da presidente Dilma Rousseff. A Secretaria de Relações Públicas respondeu pelo cerimonial da posse no Congresso em acordo com o Itamaraty e o Palácio do Planalto.

Chávez disse estar ansioso para encontrar Dilma

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, afirmou, durante a cerimônia de posse da presidente Dilma Rousseff, que está ansioso para se encontrar com a nova dirigente do Brasil. "Não tenho agenda, estou sob os ordens de Dilma", afirmou Chávez à TV Senado. Uma série de encontros de Dilma com líderes internacionais estavam previstos para ontem.

Chávez compareceu à posse em um momento de crise diplomática com os Estados Unidos. A secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, não foi ao Congresso – cumprimentou Dilma no Palácio do Planalto.

A causa da nova crise diplomática foi o fato de Hugo Chávez ter rejeitado o nome do diplomata americano indicado para a embaixada em Caracas, Larry Palmer.

José Sócrates, de Portugal, deseja sorte à presidente

O primeiro-ministro de Portugal, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa, desejou boa sorte à presidente Dilma Rousseff. Ele afirmou ter acompanhado as mudanças pelas quais o Brasil passou nos últimos anos e demonstrou expectativa positiva sobre o governo que se inicia. Segundo José Sócrates, o Brasil já alcançou a condição de potência mundial e, por isso, ele apoia o país em sua pretensão de obter um lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O Congresso Nacional recebeu chefes de Estado e de governo convidados para a solenidade de posse de Dilma Rousseff. Entre eles estavam os presidentes do Uruguai, José Alberto Mujica; do Paraguai, Fernando Lugo; da Venezuela, Hugo Chávez; e o príncipe herdeiro da Espanha, Felipe de Bourbon.

Suplicy espera que STF mantenha Battisti no Brasil

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) espera que o Supremo Tribunal Federal (STF) acate a decisão tomada por Lula, em seu último dia como presidente da República, no sentido de negar à Itália a extradição do ex-ativista Cesare Battisti, condenado naquele país a prisão perpétua por assassinatos cometidos nos anos 1970.

— A decisão [de Lula] foi muito bem fundamentada pela Advocacia-Geral da União [AGU]. Li as 65 páginas do parecer e recomendo ao ministro [Silvio] Berlusconi — disse o senador, referindo-se ao primeiro-ministro italiano.

Desde 2007, quando foi preso no Rio de Janeiro, Battisti cumpre prisão preventiva. No momento, está no Complexo Penitenciário da Papuda, no Distrito Federal. Suplicy ainda não decidiu se irá visitá-lo.

"Brasil tem oportunidade de tornar-se nação desenvolvida"

Já como presidente, Dilma Rousseff disse que a oportunidade de o país alcançar outro patamar de desenvolvimento é real e destacou que o Brasil desenvolvido terá a marca da cultura e do estilo de seu povo: "amor, generosidade, criatividade e tolerância"



Primeiro pronunciamento de Dilma. À Mesa, Nelson Markezelli (E), Odair Cunha e Marco Maia; José Sarney, presidente do Congresso; Michel Temer, vice-presidente da República; Cezar Peluso, presidente do STF; Serys Slhessarenko e ACM Neto

O BRASIL TEM diante de si a possibilidade de tornar-se uma nação desenvolvida, disse a presidente Dilma Rousseff durante a cerimônia de posse como primeira mulher a governar o país. Em sessão conjunta do Congresso Nacional, ela prometeu empenhar-se na luta contra a pobreza, promover o crescimento econômico e controlar a inflação. Ao final de seu discurso, emocionou-se ao dizer que passava a ser a presidente "de todos os brasileiros".

— Pela primeira vez o Brasil se vê diante da oportunidade real de se tornar uma nação desenvolvida. Uma nação com a marca inerente da cultura e do estilo brasileiros — o amor, a generosidade, a criatividade e a tolerância. Uma nação em que a preservação das reservas naturais e das suas imensas florestas, associada à rica biodiversidade e à matriz energética mais limpa do mundo, permite um projeto inédito de país desenvolvido com forte componente ambiental — afirmou.

A presidente foi interrompida por palmas pela primeira vez apenas um minuto depois de iniciar seu pronunciamento, ao ressaltar que 1º de janeiro de 2011 marca a primeira vez em que a faixa presidencial foi colocada sobre o ombro de uma mulher. Ela disse sentir uma "imensa honra" por haver sido escolhida para essa tarefa pelo povo brasileiro e afirmou.

Oposição pode colaborar com o governo, diz Perillo

O governador de Goiás e ex-senador Marconi Perillo (PSDB) disse que a oposição e a base governista no Congresso Nacional poderão se complementar e colaborar com os projetos do Executivo.

— A presidente Dilma será feliz e terá o respeito do Congresso. Tenho certeza que os senadores e deputados de Goiás saberão colaborar no que for necessário para o bem dos brasileiros — afirmou.

Segundo Marconi, quem está na oposição deve ter o papel de fiscalizar, mas também de auxiliar o governo. O governador avaliou que PSDB e DEM têm sido mais tolerantes que a oposição durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

mu esperar que "muitas outras mulheres" também possam, no futuro, seguir o caminho aberto por ela.

Dilma demonstrou seu reconhecimento ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, a seu ver, levou o povo brasileiro a "confiar ainda mais no futuro do país", e ao ex-vice-presidente José Alencar, "um exemplo de coragem e amor à vida". A maior homenagem que poderia prestar a ambos, afirmou, seria a de ampliar as conquistas alcançadas nos oito anos de mandato de Lula e Alencar.

Nesse momento, ela passou a defender a aprovação das reformas política e tributária. Para consolidar a "jovem democracia" brasileira, recebeu, será necessário fortalecer os partidos e aperfeiçoar as instituições, "restaurando valores e dando mais transparência" à vida política. Para facilitar a produção e estimular a capacidade empreendedora dos brasileiros, recomendou, será preciso modernizar e simplificar o sistema tributário.

Luta contra a pobreza
Dilma reconheceu a "expressiva mobilidade social" registrada durante os dois mandatos de Lula, mas apontou que ainda existe pobreza a "envergonhar nosso país e impedir nossa afirmação como povo desenvolvido".

— A luta mais obstinada de meu governo será pela erradicação da pobreza extrema e pela criação de oportunidades para todos — afirmou Dilma, sob aplausos.

A superação da miséria, recordou ela, exige um longo ciclo de crescimento sustentado da economia, associado a programas sociais destinados a reduzir a desigualdade social e a promover o desenvolvimento regional. Tudo isso, sem permitir que a inflação "volte a corroer nosso tecido econômico e a castigar as famílias mais pobres". Ela anunciou ainda a intenção de melhorar a qualidade do gasto público.

Ao lado da erradicação da miséria, o novo governo incluirá entre suas prioridades a luta pela qualidade da educação, da saúde e da segurança. Dilma anunciou o aumento de vagas na educação infantil e no ensino médio, além da ampliação para o ensino médio profissionalizante do ProUni, que atualmente concede bolsas a estudantes carentes em instituições privadas de ensino superior. Informou ainda que pretende consolidar o Sistema Único de Saúde e empenhar-se no "combate sem tréguas" ao crime organizado.

A presidente anunciou que continuará aprofundando o relacionamento com os demais países sul-americanos, preservando e fortalecendo o relacionamento com os Estados Unidos e a União Europeia. Ela reiterou ainda a decisão brasileira de associar seu desenvolvimento ao da América do Sul.

Sarney: posse de Dilma é ascensão e coroamento da luta da mulher

O presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney, disse que a chegada de Dilma Rousseff à Presidência da República é "a ascensão e o coroamento da luta da mulher". Durante a cerimônia de posse de Dilma e do vice-presidente da República, Michel Temer, no Congresso Nacional, o senador afirmou que ela conta com a confiança do povo brasileiro para governar o país, o que teria sido demonstrado nas eleições de outubro último.

Sarney afirmou que Dilma Rousseff terá apoio do Congresso Nacional para a construção de um "Brasil de todos". Ele declarou também que a nova presidente terá a responsabilidade de suceder o ex-presidente Lula, a quem Sarney classificou como "o líder carismático e popular que colocou o Brasil num novo patamar internacional".

Na opinião do senador, por sua trajetória e perfil, Dilma tem condições de substituir o ex-presidente Lula e promover o bem geral do povo brasileiro.

— Uma mulher que viveu todas as angústias do seu tempo, que fez do serviço público um apostolado, com sua obstinação pelo trabalho, e que mostrou ao país, nos embates eleitorais, seu profundo conhecimento dos problemas brasileiros, além de seu espírito público, de seu caráter, de sua firmeza em decidir e julgar.

José Sarney também elogiou o vice-presidente Michel Temer, que classificou como "homem de grandes serviços

prestados ao país".

Na Mesa da sessão solene que deu posse a Dilma e ao vice-presidente estavam também o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia; e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso. Além deles, a vice-presidente do Senado, Serys Slhessarenko, o 2º vice-presidente da Câmara, Antonio Carlos Magalhães Neto, e o 3º secretário da Mesa do Congresso, deputado Odair Cunha.

O novo mandato dos chefes do Executivo, eleitos em 31 de outubro e diplomados em 17 de dezembro, vai de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2014.

Congresso

O senador mencionou que, na nova legislatura, o Congresso continuará a fazer a revisão de todos os códigos, cujo trabalho já se iniciou — os códigos de Processo Civil e de Processo Penal foram aprovados em dezembro no Senado e já seguiram para a Câmara dos Deputados — e que a reforma política mais uma vez é considerada prioridade.

— Vamos promover a reforma política, se não fizemos até agora, vamos fazer esforço para que isso ocorra — garantiu.

O presidente do Senado também minimizou futuros problemas com a aprovação da proposta de salário mínimo, que ficou fixada em R\$ 540, como constava no Orçamento.



Dilma passa a tropa em revista em frente ao Congresso (no alto), desfila em carro aberto e recebe a faixa presidencial

Salário mínimo fica em R\$ 540, afirma Garibaldi

O novo ministro da Previdência Social, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), afirmou que o aumento do salário mínimo não deve ficar acima do que foi aprovado em dezembro pelo Congresso Nacional. Ele reconheceu, porém, que deverá haver debates, e mais do que isso, embates sobre essa questão.

— Mas acredito que o valor será esse mesmo — declarou ele minutos antes da posse da presidente Dilma Rousseff.

Garibaldi, que deixa o Senado para participar do primeiro escalão do novo governo, disse que o mínimo de R\$ 540 aprovado pelo Congresso "foi, infelizmente, o que podia ser oferecido".

De acordo com o novo ministro, esse valor está dentro dos parâmetros que nortearam os aumentos concedidos nos últimos anos.

Aperto fiscal não atinge área social, avisa Ideli Salvatti

A nova ministra da Pesca e Aquicultura, Ideli Salvatti (PT-SC), falou sobre as perspectivas econômicas da gestão de Dilma Rousseff e reconheceu que há uma certa preocupação com a inflação. Mas, quanto ao aperto fiscal já anunciado pelo governo, afirmou que não haverá cortes em áreas estratégicas, incluindo-se aí os investimentos sociais.

Segundo Ideli, esses investimentos serão mantidos inclusive porque ajudaram a fortalecer o mercado interno nos últimos anos, protegendo o Brasil da crise financeira internacional.

Sobre as expectativas de Dilma Rousseff em relação à pasta da Pesca e Aquicultura, a ministra disse que um dos objetivos da presidente é "aproveitar o potencial de produção de pescado do país".

Mantega: política econômica será de continuidade

Presente à cerimônia de posse de Dilma Rousseff, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, declarou que a política econômica do novo governo será de "continuidade do desenvolvimento do Brasil". Segundo o ministro, deverão ser feitos ajustes em função da conjuntura atual, pois há uma expectativa de desaceleração do crescimento econômico em todo o mundo. "Estamos entre os países que mais crescem no mundo. Em 2011, deveremos crescer menos, mas ainda vamos estar na vanguarda do crescimento mundial", projetou.

Mantega disse ter "conversado bastante com a nova presidente" e explicou que, em relação à economia, o governo deve alternar períodos de estímulo com períodos de abertura de espaço para o setor privado, diminuindo subsídios.

Bom momento econômico convive com desafios

O Brasil que a presidente Dilma Rousseff começa a governar apresenta a maior taxa de crescimento econômico em 25 anos e o menor nível de desemprego da série histórica utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A esses recordes contrapõem-se desafios revelados por dados de pesquisas recentes, divulgadas a partir do final de novembro. Até mesmo no campo da economia, com indicadores animadores, o aumento da inflação e a permanência do país na primeira colocação mundial em juros

reais, além do câmbio sobrevalorizado, são sinais de alerta. Se o ritmo de crescimento for mantido, isso agravará os gargalos em logística, infraestrutura e, sobretudo, na educação, com a exigência de ampliar a formação de mão de obra qualificada. A violência e a expansão do crack no país ameaçam a juventude. Antigos problemas, como a desigualdade regional e a pobreza, têm diminuído, mas continuam em patamares elevados. A corrupção é apontada como o segundo maior problema, atrás da extrema pobreza.

Câmara de Dirigentes Lojistas - CCL do DF



Promoção de lojistas brasileiros aumenta vendas em shoppings

Crescimento e emprego alimentam otimismo

Com o crescimento do produto interno bruto (PIB) de pelo menos 7,5% em 2010, o maior em 25 anos, podendo chegar a 8% - acima do registrado em 1985 (7,8%) -, e geração de empregos recorde, o novo governo se inicia em cenário econômico favorável, mas não sem indicativos de preocupação.



Senado - Câmara dos Deputados

Cumprimento de exigências internacionais coloca o país à frente na exportação de aves

Segundo os dados oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego, foram criadas no país 138.247 vagas de trabalho no último mês de novembro. Trata-se do maior número já alcançado na série histórica do ministério para meses de novembro. Em 2010, até novembro, o Brasil criou 2,54 milhões de empregos, outro recorde.

A taxa de desemprego, medida pelo IBGE em seis regiões metropolitanas, chegou em novembro a 5,7%, a menor desde o início da série da Pesquisa Mensal de Emprego, em 2002. Houve uma queda de 1,7 ponto percentual em relação a 2009.

A economia aquecida, contudo, traz de volta inquietações com a inflação, que em novembro foi de 0,83% (IPCA), o maior índice desde abril de 2005. No acumulado de 12 meses, o índice oficial do governo atingiu 5,63%, acima do centro da meta de inflação, que é de 4,5%. A inflação em alta alimenta expectativas do mercado de aumento de juros básicos em 2011, apesar de o país já ter a maior taxa real do mundo. O possível aumento da taxa Selic, hoje em 10,75%, tende a reduzir o ritmo de expansão da economia e aumentar a pressão sobre o câmbio, deixando o real ainda mais valorizado. A próxima ata da última reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central sinaliza uma subida de juros em 2011.

A persistente questão do câmbio animou, neste final

de ano, o debate recorrente sobre se o país teria entrado em processo de desindustrialização, como afirmam entidades empresariais. Os dados da balança comercial suscitam inquietações. As importações apresentaram, até a segunda semana de dezembro, alta de 30,3% com relação à segunda semana de dezembro de 2009. As exportações aumentaram 38,3% no período, mas foram puxadas principalmente por produtos básicos, como grãos e minérios, com alta de 75,9%. A exportação de manufaturados aumentou 10,4%. Já a importação de aparelhos eletroeletrônicos cresceu 42%.

Para o economista Raul Velloso, especialista em finanças públicas, o bom momento não pode encobrir a necessidade de fazer mudanças com vistas à redução do déficit público e ao controle da dívida, inclusive reestruturando-se a Previdência. O governo precisará gastar menos para induzir o aumento da poupança interna.

— O principal desafio é como sustentar uma taxa de crescimento relativamente elevada e sustentável - afirma. Ele prevê uma reversão, no prazo de um a três anos, da situação favorável de fluxo de capitais para os países emergentes, da qual o Brasil se beneficia.

Otimismo

Mas o clima é de otimismo nas famílias brasileiras. De acordo com dados divulgados em dezembro pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 64% dos lares acredita-se numa melhora da economia nacional no próximo ano. Três em cada quatro famílias avaliam que sua situação melhorou nos últimos 12 meses.

Para o chefe da assessoria técnica da presidência do Ipea, Milko Matijasic, o resultado é promissor: "As famílias estão otimistas e esse otimismo tem evoluído a cada mês. A maior parte delas vê segurança na posição profissional e está propensa a consumir bens duráveis".

Desigualdade

O Ipea publicou também em dezembro um estudo sobre as desigualdades regionais, com base na evolução do PIB dos estados entre 1995 e 2008. A conclusão é de que houve uma desconcentração da atividade econômica, mas nada de substancial. O PIB por habitante do Norte e do Nordeste ainda é de metade da média nacional. Dois estados, São Paulo e Rio de Janeiro, concentram 45% do PIB brasileiro. No ritmo atual, o Nordeste só passaria a ter um PIB equivalente a 75% do nacional em 2074.



Senado - Câmara dos Deputados

Movimento no Porto de Santos: exportações aumentaram 38,3% no último ano

Censo 2010: população cresce menos e envelhece

Os primeiros dados do Censo 2010 começaram a ser apresentados pelo IBGE no final de novembro, dando conta de que somos 190.732.694 habitantes. Em dez anos, a população aumentou em 20.933.524 pessoas. O número absoluto chama a atenção, mas corresponde a uma redução da intensidade do crescimento populacional. Na década anterior (1991 a 2000), o crescimento foi de 15,6%. Nesta década, caiu para 12,3%. A população se concentra cada vez mais nas cidades. No Censo 2000, a população urbana era de 81,25%. Agora, 84,35% dos brasileiros vivem nas cidades, forçando cada vez mais a capacidade de atendimento dos serviços públicos.

O IBGE também divulgou, no início de dezembro, informações atualizadas sobre a expectativa de vida da população, que atingiu 73,17 anos. Isso significa que

cada brasileiro que nasceu em 2009 pode esperar viver um pouco além dos 73. São dez anos, sete meses e seis dias a mais de vida do que quem nasceu no país em 1980. Pela projeção do IBGE, a expectativa de vida deve chegar a 81,29 anos em 2050.

A esperança de vida para os idosos também aumentou. Em 2009, uma pessoa que completasse 60 anos teria a expectativa de viver até os 81,27 anos. Em 1980, esse número era de 76,39 anos. A mortalidade infantil caiu, desde 1980, de 69,12 para 22,47 óbitos por mil nascidos vivos.

Os dados são muito positivos, mas colocam grandes desafios em termos de políticas públicas e para os sistemas previdenciário e de saúde. A clara tendência de envelhecimento da população constituirá um desafio de planejamento para o novo governo.

Baixa qualidade do ensino deixa país entre os piores do mundo

Na primeira semana de dezembro, a divulgação dos resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), colocando o Brasil em 53º lugar entre 65 países nas provas de leitura e ciências, obteve grande repercussão na mídia e estimulou o debate sobre a má qualidade do ensino.

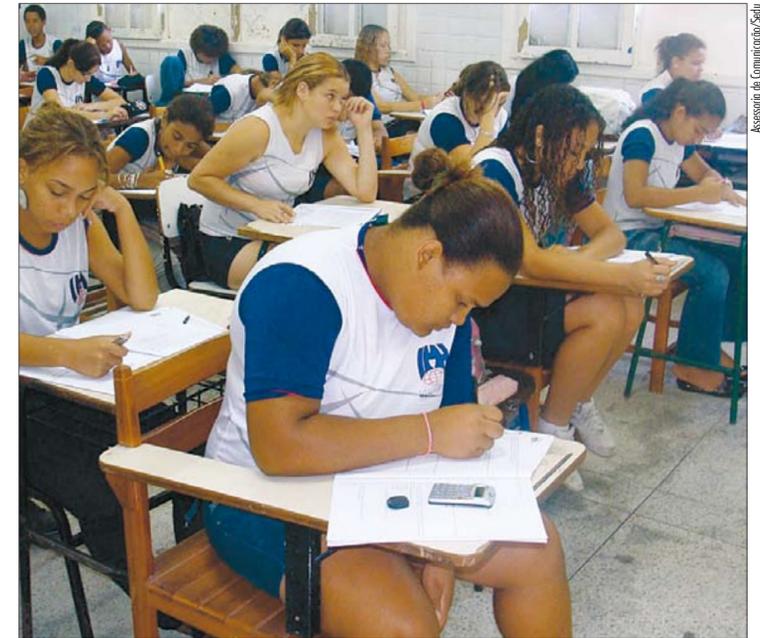
A pesquisa trouxe um dado positivo: a nota deles subiu 33 pontos entre 2000 e 2009. Mesmo assim, quase metade (49,6%) dos alunos não atingiu o chamado nível 2 de proficiência em leitura. Na metodologia do Pisa, isso significa que, para esses estudantes, "faltam as capacidades necessárias para participar efetiva e produtivamente da sociedade".

Em novembro, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicou um diagnóstico da educação no país, tendo como base o ano de 2009. As conclusões mostram que ainda

persistem grandes desníveis. A população urbana tem em média 3,9 anos de estudo a mais que a população rural. Os negros têm 1,7 ano de estudo a menos que os brancos.

O analfabetismo, embora em queda, ainda atinge 9,7% da população. Entre 1992 e 2009, essa taxa caiu 7,5 pontos percentuais, mas o número total de analfabetos permaneceu inalterado: 14 milhões de pessoas com mais de 15 anos. Na população rural, esse percentual é de 22,8%. Nas cidades, a taxa é de 4,4%. No quinto mais pobre da população, 18,1% são analfabetos, contra 2% na faixa do quinto mais rico.

A média de anos de estudo na população acima de 15 anos é de 7,5, abaixo do mínimo de oito anos previsto na Constituição. O Ipea também constatou que apenas 18,4% das crianças de até três anos frequentam creches ou a pré-escola.



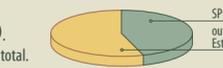
Assessoria de Comunicação/Dele

Alunos de escola pública do Espírito Santo fazem avaliação: quase metade dos estudantes brasileiros não entende o que lê

Otimismo e preocupação

Os grandes números da economia nacional em 2010 justificam esperança em uma melhoria geral das condições de vida e exigem cuidado para que ela se viabilize.

PIB aumentou pelo menos **7,5%**. Dois estados (SP e RJ) concentram 45% do total.



Até novembro, foram criados **2,54 milhões** de empregos.



A falta de recursos para comprar comida ainda atinge **30,2%** dos lares.

Três em cada quatro famílias avaliam que sua situação melhorou no último ano.

Quase metade (45,5%) dos jovens de 12 a 18 anos que morrem no país são vítimas de violência.

Em **64%** dos lares se acredita numa melhora da economia nacional em 2011.



Analfabetismo atinge **9,7%** da população. Há 14 milhões de analfabetos com mais de 15 anos.



Crack está presente em 3.871 cidades (foram pesquisadas 3.950)

Fontes: IBGE, Ipea, CNI

Violência, acidentes, crack e fome ainda atormentam os brasileiros

O sentimento de insegurança ante a violência e a criminalidade é comum entre os brasileiros, como revelaram pesquisas do Ipea e do IBGE divulgadas em dezembro. Segundo informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2009, realizada pelo IBGE, 47,2% das pessoas não se sentem seguras em sua cidade. Cerca de 60% dos domicílios têm algum dispositivo de segurança. Entre setembro de 2008 e setembro de 2009, 7,3% das pessoas com dez anos ou mais foram vítimas de roubo ou furto. O percentual corresponde a 11,9 milhões de vítimas. No período pesquisado, 2,5 milhões

Secretaria de Direitos Humanos apresentou resultados de estudo encomendado ao Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Se a atual taxa de mortalidade juvenil for mantida, o país deve perder 33 mil adolescentes assassinados até 2013. Quase metade (45,5%) dos jovens de 12 a 18 anos que morrem no país são vítimas de violência, a maior parte por arma de fogo. Segundo dados do Ministério da Saúde sobre mortalidade apresentados em dezembro, na faixa etária de 20 a 29 anos os homens são vítimas das chamadas causas externas - agressões e acidentes - em proporção



Um fator que potencializa a violência é a disseminação do crack pelo país, chegando até as pequenas cidades

Se for mantida a atual taxa, 33 mil adolescentes devem ser assassinados no país até 2013

quatro vezes maior do que as mulheres. Os homens representam 83% dos mortos por violência e acidentes.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) apresentou em dezembro resultado de levantamento sobre o crack feito em 3.950 cidades. A droga conhecida por seu explosivo potencial destrutivo está presente em 3.871 delas. Em 91% dos municípios não há nenhum programa específico de combate ao crack nem auxílio estadual ou federal nesse sentido.

O 4º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Também em dezembro, a

uma falta de recursos para comprar comida ainda atinge 30,2% dos lares: 65,6 milhões de pessoas ainda se debatem com alguma restrição para obter alimentos. O inquietante número expressa, porém, um avanço: em 2004 a insegurança alimentar alcançava 34,9% das famílias.

No Nordeste, a insegurança alimentar atinge 46,1% dos domicílios e, no Norte, 40,3%. Em âmbito nacional, a insegurança alimentar grave - quando há privação de alimentos podendo chegar à fome - atinge 11,2

Fome
Segundo dados da Pnad de 2009 sobre segurança alimentar,

milhões de pessoas. O índice, de 5,8%, melhorou. Cinco anos antes era de 7%.

Pesquisa feita pela consultoria Globescan em 26 países, mostrou que o brasileiro é o mais incomodado com a corrupção. No país, 96% dos entrevistados disseram considerar esse um problema grave. A pesquisa também revelou que os brasileiros apontam a corrupção como o segundo maior problema do país, atrás apenas da extrema pobreza, citada por 97% das pessoas.

Sarney, Collor, Itamar, FHC e Lula são referências da redemocratização brasileira ocorrida a partir de 1985 e consolidada com a Constituição de 1988



José Sarney (C) é empossado na Presidência da República em 1985, após a morte de Tancredo Neves



Posse, em 1990, de Collor, primeiro presidente eleito pelo voto popular depois da ditadura militar

Presidente mulher é mais um marco da democracia

SARNEY, COLLOR, ITAMAR, FHC e Lula. Esses cinco homens presidiram o país desde a redemocratização, iniciada em 1985, e consolidada com a Constituição de 1988. Nos 25 anos pós-ditadura militar, o Brasil passou de uma inflação de 2.500% ao ano a uma moeda estável, abriu-se à globalização e instalou o Estado de Direito Social.

Foi uma abertura lenta e gradual, começando pela retomada do voto direto, na presidência de José Sarney. Em quatro dos cinco anos de seu governo houve eleições (para prefeitos, deputados e senadores constituintes, governadores e do presidente Fernando Collor de Mello).

O cientista político David Fleischer destaca, ainda no período Sarney, a consolidação do multipartidarismo, a legalização dos partidos comunistas, a

Assembleia Nacional Constituinte e a promulgação da Constituição. Já Octaciano Nogueira, também cientista político, destaca que, como não foi eleito diretamente, Sarney governou ainda com alguns instrumentos próprios da ditadura, como os decretos-lei. Por isso, ele considera a posse de Collor o marco do início da democracia plena.

O historiador Marcos Magalhães avalia que em 1992, com a saída de Collor, ameaçado por processo de impeachment, e a posse do vice Itamar Franco, a democracia mostrou que amadureceu.

Nos primeiros quatro anos da década de 1990, a Justiça Eleitoral registrou sete novos partidos políticos. O governo de Itamar encarou o desafio de estabilizar e fortalecer a moeda e combater a inflação galopante. Com o sucesso da medida,

o criador do Plano Real e ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, foi eleito e reeleito presidente e governou por oito anos, marcados por mudanças como a possibilidade de reeleição dos chefes do Executivo, cotas para candidatas mulheres, urnas eletrônicas, a criminalização da compra de votos e a sanção da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em 2002, a eleição de um operário, Luiz Inácio Lula da Silva, para a Presidência, abriu as portas para uma política mais forte de distribuição de renda. A classe média cresceu, subiu o poder de compra da população de renda mais baixa e, no segundo governo de Lula, passou a valer a Lei da Ficha Limpa. O mais recente marco da redemocratização é a chegada da primeira mulher à Presidência, Dilma Rousseff, em 2011.



Fernando Henrique, no Congresso, faz seu discurso de posse como presidente do Brasil, em 1995



Reeleito, FHC (2º a esq.) dirige-se à sessão de posse, ao lado do vice Marco Maciel, em 1999



À esquerda: a posse do presidente Lula, em 2003, leva 150 mil pessoas à Esplanada dos Ministérios. Acima, Lula, reeleito, e o vice-presidente José Alencar passam em revista à tropa, em 2007

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º Vice-Presidente: *
 2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
 1º Secretário: Heráclito Fortes
 2º Secretário: João Vicente Claudino
 3º Secretário: Mão Santa
 4º Secretário: Patrícia Saboya
 Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

*Cargo vago após renúncia de Marconi Perillo

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
 Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
 Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editor-chefe: Flávio Faria
 Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
 Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
 Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sílvia Burle
 Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
 Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP